



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 02/15**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL  
DE 2015**

Aos vinte oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Sérgio Miguel Pratas Duarte.

*Pelo Partido Socialista:*

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

*Faltaram à sessão:*

- Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por motivos de saúde de familiar, tendo sido substituída por Miriam Boieiro.

- Paula Alexandra Ferrão Pereira, por motivos de ordem familiar, tendo sido substituída por Ana Brandão.

- Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por Henrique da Câmara.

- Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Luís Miguel Reis Maia.

- Bruno José Pereira Soares, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por Mário Catalão.

- Mário Luís Pintado Alves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por João Lopes.

- João Manuel Alves Nunes do Valle.

As justificações foram aceites.

O presidente da Assembleia Municipal convidou Sérgio Miguel Pratas Duarte para a Mesa em substituição de Sónia Ramos, o que foi aceite.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O presidente da Assembleia chamou a atenção para a documentação remetida, relativa à Resolução do Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

**Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Patrícia Figueira:

Apresentou um requerimento para ser remetido à Câmara Municipal, o qual fica anexo a esta ata como Doc.3.

- Luiz Batista:

Chamou a atenção para o controlo do relógio que liga a iluminação pública, dado estar programado para acender tardiamente, provocando problemas de visibilidade, bem como para o mau estado de conservação da rede viária, perguntando assim, se há previsão para o arranjo da mesma, tanto mais que os munícipes pagam impostos cujas verbas deveriam ser canalizadas para o seu arranjo.

**Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Iolanda Nunes, pelo PS, apresentou uma moção sobre “Abril – Mês de Prevenção dos maus tratos na infância”.

Submetida à discussão e votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

- Luís Cardoso, pela CDU, apresentou uma moção sobre “41.º Aniversário do 25 de Abril – 1.º de Maio – Dia do Trabalhador”.

Submetida à discussão e votação, a moção foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (PS e CDU) e 4 abstenções (3 do CDS-PP e 1 do PSD).

## **PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

O vereador José Luís dos Santos Alfélua esclareceu que o atual horário da iluminação pública já está implementado há quase dois anos e que o mesmo não tem sido alvo de muitas reclamações, para além de ser o horário praticado em quase todo o país, não deixando porém, de estudar o assunto.

Quanto ao estado da rede viária, concorda que a mesma está degradada e a necessitar de novo pavimento, porém a Câmara não tem neste momento capacidade para a reparar convenientemente. Apesar disso, faz a sua conservação, estando mesmo a decorrer um concurso para massas asfálticas.

Mais disse, que a falta de recursos humanos (por imposição legal) e a diminuição de verbas através das transferências do Orçamento do Estado, não ajuda na resolução deste problema.

O presidente da Câmara, lembrou que o problema da iluminação pública também se prende com a aplicação do IVA de 6% para 23% aos municípios, alertando para a grande dificuldade de continuar com este tipo de gastos, não deixando de lembrar que a EDP tem lucros anuais de mais de um milhão de euros.

Esclareceu também, que não as verbas recebidas pelo IUC não implicam a sua afetação à reparação da rede viária. Uma vez mais lembrou que a Câmara recebe apenas 50% das verbas, recebendo a Administração Central o restante bem como as que resultam do acréscimo agora em vigor.

Realçou que com seriedade intelectual e honestidade política se chegaria na Assembleia Municipal a conclusões quase consensuais e só não se consegue porque há ideários que se sobrepõem à racionalidade.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Não se registaram intervenções.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

### **PONTO 2 – APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO TERRITORIAL DE RIO FRIO E BARROCA D'ALVA**

O presidente da Câmara sugeriu a correção do título indicado na Ordem do Dia, dado que a Assembleia Municipal irá apreciar e não aprovar. A sua aprovação já ocorreu em reunião de Câmara.

O presidente da Assembleia Municipal aceitou a sugestão, passando desta forma a denominar-se: Apreciação do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva.

Referiu ainda que o documento reflete uma visão estratégica para o concelho e o modelo territorial do Programa de Ação Territorial entre Rio Frio e Barroca d'Alva, em estreita colaboração com o município de Palmela.

De seguida explanou todo o desenvolvimento do processo, que teve início em 2009 e terminou recentemente, com a sua aprovação em reunião de Câmara. Acrescentou ainda que a sua execução do ponto de vista temporal é de médio e longo prazo.

Após a sua intervenção e com a aquiescência do presidente da Assembleia, o arquiteto Luís Jorge Bruno Soares fez uma apresentação do programa em PowerPoint.

Solicitaram esclarecimentos os deputados Mário Boieiro, Luiz Batista e Pedro Canteiro, tendo o arquiteto Bruno Soares e o presidente da Câmara esclarecido as questões. O deputado Fábio Bernardo saudou a Câmara pela capacidade que teve em trabalhar com o município de Palmela.

### **PONTO 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2014**

Submetido á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

O presidente da Câmara afirmou que estamos perante um exercício globalmente positivo, entre outras razões porque a Câmara conseguiu reduzir a sua dívida de curto, médio e longo prazo, na ordem dos 850 mil euros, num exercício em que mais uma vez as suas fontes de financiamento se apresentaram muito instáveis ou voláteis: O IMI teve um acréscimo na ordem dos 18% e o IMT uma redução significativa, assim como o Imposto de Circulação e a Derrama.

Face a estes dados, o problema da Câmara é claramente de receita, acrescentando ser quase impossível ser mais rigoroso na gestão financeira.

Referiu também que a redução com o Pessoal conduz a problemas de gestão ao nível do quotidiano, porque o ideal seria ter mais trabalhadores e mais facilidade em recorrer à celebração de contratos por prestação de serviços quando se mostrassem mais adequados.

Contudo, apesar dos constrangimentos, a Câmara está a trilhar um caminho ajustado para obter uma maior saúde financeira.

Relativamente ao IMT explicou pormenorizadamente o que se irá passar com este imposto, sabendo-se que serão menos verbas para a Câmara.

Após a introdução do presidente, solicitaram esclarecimentos:

Pedro Canteiro apresentou o seguinte: Preocupação financeira com o município; Medidas e ações realizadas no Plano Estratégico para Alcochete; Ações realizadas no âmbito da Agenda Estratégica para o desenvolvimento sustentável do município de Alcochete; Medidas para estimular a criação de postos de trabalho no concelho; Limpeza dos espaços urbanos; Manutenção de jardins; Parques infantis (falta de segurança); Estacionamento abusivo e conservação de edifícios públicos.

Luiz Batista, considerou o exercício de gestão globalmente negativo, entre outras razões, pelas verbas diminutas que resultam para pagamento a fornecedores, tanto mais que alguns têm verbas para receber há vários anos.

Mais afirmou, ter dúvidas que a Câmara tenha capacidade para pagar os juros do empréstimo de sete milhões que pretende contrair e referiu também, que a Câmara procedeu ao aumento de impostos.

Mário Boieiro informou ter dúvidas quanto ao Relatório e Contas porque o próprio Auditor as tem e que não entende a existência de dívidas ao Agrupamento de Escolas.

No decorrer da discussão deste ponto o presidente da Assembleia Municipal interrompeu os trabalhos da sessão, marcando um intervalo de 10 minutos, após o que foram retomados os trabalhos.

- Patrícia Figueira, referiu a baixíssima taxa de execução referente às funções sociais e o reduzido número de investimento na rede viária e destacou a subida na rubrica da Aquisição de Bens e Serviços que se traduz no recurso sistemático a ajustes diretos, salientando que estes devem obedecer a critérios de rigor e transparência.

Fábio Bernardo deu os parabéns ao executivo da autarquia pelos resultados obtidos, apesar de todos os constrangimentos já enunciados.

Para esclarecimento das questões colocadas, usaram da palavra o presidente da Câmara, a vereadora Susana Custódio e a Chefe de Divisão da DAGR Cláudia Santos.

O presidente da Câmara, esclareceu quanto às questões colocadas por Pedro Canteiro, dando exemplos das várias ações que têm sido tomadas, quer no âmbito do Plano Estratégico para Alcochete quer no âmbito da Agenda para o desenvolvimento sustentável.

Reconhece e lamenta a situação quanto à limpeza, espaços verdes, dizendo uma vez mais, que se prende com a falta de recursos humanos, em virtude de a Câmara se encontrar impedida (por medidas tomadas pelo atual Governo) de poder contratar trabalhadores, salientando que os que estão dão o seu melhor no desempenho das suas funções.

Voltou a frisar que a Câmara não promoveu o aumento de impostos a não ser para 2015. Em rigor, o que se verificou é que o processo geral de reavaliação do valor patrimonial tributário dos imóveis foi uma iniciativa do Governo da República, a qual se insere no contexto de remeter os municípios para a fiscalidade local.

Relativamente às dívidas ao Agrupamento de Escolas, esclareceu de forma pormenorizada, que existem dívidas de ambas as entidades e não apenas por parte da Câmara.

Esclareceu também, que a Câmara cumpre o Código dos Contratos Públicos e que a figura utilizada está prevista e tem contornos que são aplicados com absoluta transparência.

A vereadora Susana Custódio em relação às dívidas ao Agrupamento de Escolas, acrescentou que a dívida resulta da dinamização durante os anos letivos das atividades extracurriculares na área do Desporto, assumido por técnicos da Câmara. A situação é reconhecida pela Direção do Agrupamento de Escolas e há um entendimento entre ambas as entidades, no sentido de que a Câmara se disponibilizou para juntamente com o Agrupamento ir junto da Direção dos Estabelecimentos Escolares para tentar encontrar a solução para a situação.

Salientou ainda, que a Câmara tem um entendimento muito salutar com o Agrupamento de Escolas, nas várias valências, havendo no início de cada ano letivo um encontro de contas.

O presidente da Assembleia, propôs que os trabalhos prosseguissem para além da hora regimental, o que foi aceite.

Submetida à discussão e votação, os documentos foram aprovados por maioria, com 15 votos a favor (CDU), 3 votos contra (CDS-PP) e 5 abstenções (PS e PSD).

Fizeram declaração de voto:

- Natacha Patinha pela CDU.
- Pedro Canteiro pelo CDS-PP.
- Luiz Batista pelo PSD.

#### **PONTO 4 – MOÇÃO REFERENTE AOS ACORDOS COLETIVOS DE EMPREGADOR PÚBLICO - ACEP**

A vereadora Raquel Prazeres fez uma pequena introdução ao assunto, na qual salientou a ingerência do Governo ao desrespeitar a autonomia do poder local. Mais disse, que a referida legislação se aplica à Administração Central e não à Local e que está por provar que mais horas de trabalho conduzem a maior produtividade.

Luís Batista discordou desta posição.

Submetida à discussão votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS), 1 voto contra (PSD) e 3 abstenções (CDS-PP).

#### **PONTO 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO, PARA DOZE MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

A vereadora Raquel Prazeres explicou que do ponto 5 ao ponto 9 da Ordem do Dia se trata apenas que a despesa seja autorizada em dois anos civis.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 4 abstenções (3 do CDS-PP e 1 do PSD).

#### **PONTO 6 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA, PARA DOZE MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 4 abstenções (3 do CDS-PP e 1 do PSD).

#### **PONTO 7 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – EMPREITADA DE “MARCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NO CONCELHO”, PARA 365 DIAS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).



**PONTO 8 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE NOVOS TROÇOS DE PASSEIOS NO CONCELHO”, PARA 365 DIAS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).

**PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REDE MÓVEL/FIXA (TELECOMUNICAÇÕES), PARA 24 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

Submetida à discussão, solicitaram esclarecimentos a deputada Patrícia Figueira e o deputado Luiz Batista, os quais foram esclarecidos pela vereadora Raquel Prazeres, informando, nomeadamente, que se trata da autorização de abertura para ser possível negociar um contrato através de concurso público, com maiores vantagens para a Câmara.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS), 3 votos contra (CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).

**PONTO 10 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2015**

A vereadora Raquel Prazeres esclareceu tratar-se da segunda alteração ao Mapa e que para além de ajustamentos pontuais, esta se prende essencialmente com a candidatura à aquisição da embarcação “Bote Leão”,( candidatura do PROMAR) que tem como uma das exigências que no Mapa de Pessoal esteja prevista a carreira de Mestre de Tráfego Fluvial até ao final da candidatura.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).

**PONTO 11 – RECRUTAMENTO DE UM DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU - DATAEC**

A vereadora Raquel Prazeres informou dos pressupostos que conduzem à apresentação desta proposta, ou seja, a comissão de serviço da chefia da DATAEC termina em 30 de junho, pelo que se torna necessário abrir concurso para a referida unidade orgânica.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 4 abstenções (3 do CDS-PP e 1 do PSD).

**PONTO 12 – RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PUBLICADO NA II SÉRIE, DO DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247, de 23 DE DEZEMBRO**

A vereadora Raquel Prazeres informou que esta proposta se prende com o facto de se prever que o concurso não esteja concluído até 25 de maio e não havendo sessão da Assembleia Municipal até esta data, a Câmara optou por remetê-la para esta sessão.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 4 abstenções (3 do CDS-PP e 1 do PSD).

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

O senhor João Marques perguntou qual a data prevista para o arranjo dos parques infantis, dado que no ano anterior já tinha obtido a indicação de que estaria para breve a sua reparação.

Questionou também, se está na lista de prioridades da Câmara a construção de um parque de campismo ou de autocaravanas, o que certamente atrairia muitos mais turistas a Alcochete.

Em resposta, o presidente da Câmara afirmou que não será esta a investir nos parques e que também não tem conhecimento de iniciativa privada nesta área e que também é necessário que os terrenos em causa sirvam os fins desejados.

O vereador José Luís dos Santos Alfélua, esclareceu que já foram feitas algumas reparações nos parques infantis. No entanto, ao nível da pintura, se houver condições atmosféricas favoráveis, os trabalhos começarão em breve.

O presidente da Assembleia Municipal informou que a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, será descentralizada, na freguesia de Samouco.

**ATA EM MINUTA**

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, pelas 01:45 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

**A COORDENADORA TÉCNICA:**

O PRESIDENTE: